

Como sair daqui



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)

Nesta semana, comemoramos quatro décadas da posse do primeiro presidente civil a governar o país após o período de ditadura militar. A partir de março de 1985, sob a liderança de José Sarney, elaboramos a Constituição Cidadã, legalizamos os partidos sem preconceito ideológico, incorporamos todos os líderes na vida política, abolimos censura e implantamos liberdade de imprensa e de opinião. A comemoração neste 15 de março no Panteão da Pátria será também momento para refletirmos sobre como retomar a capacidade de unir o país em torno de propósitos comuns.

Em 1985, depois do fracasso da possibilidade de eleição direta, os líderes democratas se uniram em torno de Tancredo Neves, com José Sarney para vice. Salvo raras exceções, todos abriram mão dos interesses partidários e pessoais e foram juntos ao Colégio Eleitoral. Quando a saúde de Tancredo Neves o impediu de assumir, todos apoiaram José Sarney, que cumpriu todos os compromissos democráticos. A derrubada da ditadura militar e a posse do presidente civil foram realização de uma surpreendente engenharia política que reuniu opositores históricos com o propósito comum de vencer nas urnas a força das armas e implantar democracia.

O quadragésimo aniversário daquela

unidade pela democracia coincide com a atual unidade dos brasileiros eufóricos pela vitória do Oscar com um filme sobre o período da ditadura. *Ainda estou aqui* deslumbra com a beleza da reconstituição do fato e da época, desperta para a denúncia de um momento insano e perverso de nossa história, alerta para que os fatos mostrados não se repitam. Também faz lembrar a genialidade política e o espírito público que levaram nossos líderes à unidade para derrotar o poder militar e implantar a democracia civil; e nos faz pensar como outra vez nos unimos para nos livrarmos das amarras que nos impedem consolidar e avançar no que foi conquistado. Se foi possível a coragem de Eunice para gritar “ainda estou aqui”, é possível ter esperança no grito “vamos sair daqui e avançar”.

O Brasil que construímos nos 40 anos depois do fim da ditadura ainda tem economia de baixa produtividade, concentração de renda elevada, persistência da pobreza, metade da população sobrevivendo na penúria de uma bolsa assistencial, em sistema de apartação social; privilégios crescentes e supersalários legais, um sistema político que exacerba a corrupção legalizada e impune ao ponto de debochar da população; a política polarizada sem oferecer alternativas para o futuro; uma justiça instável, um parlamento sem confiabilidade; as ruas entregues à violência e ao crime organizado; um sistema educacional por onde pingam anualmente dezenas de milhares de novos analfabetos adultos e que não forma brasileiros alfabetizados para atender às necessidades do mundo contemporâneo.

O Brasil deve se envaidecer de Marcelo Rubens Paiva, por seu livro *Ainda estou aqui*, e

também de Walter Salles, Fernanda Torres e Fernanda Montenegro, Selton Mello e todos que transformaram o belo livro em um magnífico filme. Mas a maior homenagem a uma obra é usá-la para avançarmos. Eunice Paiva deve ter lido o poema *Faz escuro mas eu canto*, de Thiago de Mello, e, a partir dele, sentiu a força necessária para sua luta pela memória do marido desaparecido. Precisamos escutar “ainda estamos aqui” na luta contra o autoritarismo e acender a chama para o grito de “como sair daqui e avançar” na luta pela construção do Brasil que a democracia prometeu e ainda não cumpriu: economia sustentável e eficiente, que distribua a renda gerada, faça uma sociedade sem pobreza, as ruas em paz; com Forças Armadas sob o mando civil e integradas ao mundo democrático, políticos comprometidos com a ética e o interesse público, sujeitos à transparência na gestão e punição na corrupção, sem penduricalhos legais que permitem salários que debocham da pobreza; iniciar a implantação de um sistema federal público que ofereça educação com a máxima qualidade a todo brasileiro, independentemente da renda e do endereço de sua família; desburocratizar a atividade econômica de maneira a incentivar o talento pessoal a promover soluções e riquezas graças ao empreendedorismo pessoal; impedir o consumo e a produção de bens que depredem a natureza.

Devemos perceber a feliz coincidência do sucesso de *Ainda estou aqui* com a comemoração dos 40 anos de democracia e lembrarmos a unidade que levou a vitória política contra o regime militar para buscarmos avançar no pagamento das dívidas que a democracia tem com o povo e a nação.



A importância da autonomia universitária para a conquista de direitos: a saga da UnB



» MÁRCIA ABRAHÃO
Ex-reitora da UnB, ex-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)

Talvez, poucas pessoas no Distrito Federal saibam que, há mais de 30 anos, servidores públicos da Universidade de Brasília (UnB) enfrentam uma luta judicial incansável para garantir a manutenção de um direito conquistado em 1991. À época, o então reitor Antônio Ibañez estendeu administrativamente o benefício de um plano econômico (URP) a todos os servidores da instituição, correspondendo a 26,05% do salário. De forma corajosa e respaldado pelo então procurador da universidade, e que viria a ser reitor pró-tempore, o professor da Faculdade de Direito Roberto Aguiar, Ibañez agiu com base constitucional na autonomia universitária.

Entre tantos legados que Darcy Ribeiro, um dos fundadores da UnB, deixou para o nosso país, está a luta e a defesa da democracia e da autonomia universitária. Segundo Darcy, a universidade deveria reger a si própria, livre e responsavelmente, como um serviço público e autônomo.

A autonomia, uma das marcas de uma universidade, veio a ser assegurada a todas as universidades brasileiras somente na Constituição Federal de 1988, configurando-se em um pilar fundamental da gestão democrática, assim como para a preservação da liberdade de cátedra e para a defesa de direitos. Essa prerrogativa foi

exercida pelo reitor Antônio Ibañez e tem sido essencial para o Brasil manter suas universidades públicas fortes, democráticas e comprometidas com a justiça social e com o desenvolvimento do país, em que pesem as inúmeras barreiras cotidianas para a manutenção da autonomia universitária.

Durante o meu mandato como reitora, entre 2016 e 2024, a justeza do pleito dos servidores técnicos e docentes nos levou a muitas frentes de atuação junto aos poderes Executivo e Judiciário. A defesa do benefício URP exigiu muito trabalho, coragem, diálogo e planejamento. Todas as ações da Reitoria eram imediatamente reportadas à comunidade e aos sindicatos, compartilhando, de forma transparente, as medidas que adotávamos e os desafios para a conquista definitiva.

No campo jurídico, o sindicato dos servidores técnicos (Sintfub) e o dos docentes (ADUnB) têm atuado junto aos tribunais em defesa desse direito, prerrogativa que não é mais do reitor ou da reitora em exercício. No artigo A UnB e a responsabilidade da gestão em proteger direitos, publicado no **Correio Braziliense** em outubro último, eu e o ex-reitor da UnB José Geraldo de Sousa Junior abordamos, entre outros temas, uma parte da batalha que nós, ex-reitores da universidade, com determinação e perseverança, travamos ao longo de mais de três décadas no âmbito político e institucional para assegurar o direito dos servidores técnicos.

Como expressamos aos ministros do sistema judicial e às autoridades públicas, a questão ultrapassa os aspectos jurídicos, envolvendo o sustento de cerca de 9 mil famílias que fazem da UnB uma instituição de excelência, orgulho do Distrito Federal, conforme demonstram nossos resultados nas avaliações nacionais de graduação e da

pós-graduação pelo MEC e nos rankings internacionais, além da qualidade da pesquisa e dos inúmeros serviços que prestamos à sociedade.

Em outubro do ano passado, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou decisão de junho do ministro Gilmar Mendes, que manteve o valor integral da URP dos servidores técnicos. O pagamento aos servidores e pensionistas agora depende de uma decisão administrativa para ocorrer conforme a expectativa gerada na instituição.

Superada a questão dos técnicos e técnicas pela decisão do STF, a votação do processo dos docentes ocorre na Primeira Turma do STF, com previsão de encerramento nesta sexta-feira (14). Após décadas de apreensão e luta, o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia, fundamenta-se no direito constitucional à dignidade da pessoa humana e no princípio da segurança jurídica, associados ao princípio da boa-fé. Ressalta-se que os docentes recebem o benefício há mais de 30 anos, desde a judicialização da matéria. O voto já foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin, configurando maioria favorável à manutenção da URP dos docentes da UnB.

Esses votos nos enchem de esperança de que a contenda, enfim, esteja perto do seu desfecho a favor de um direito adquirido em 1991, por meio do exercício democrático de uma autonomia assegurada pela Constituição Cidadã, cuja manutenção tem sido arduamente defendida e implementada nas gestões das reitorias subsequentes, e objeto de luta coletiva de diversas gestões dos sindicatos. Nossa expectativa é de que o justo benefício salarial seja definitivamente assegurado e que o belo exemplo de luta, direito e justiça seja seguido.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

Vida e morte da cidade

Consequências são tudo o que vêm depois. Assim, ensina a prudência. No caso do respeito às normas do planejamento urbano, essencial para a existência de uma metrópole dentro dos limites do bom senso, as consequências da má ingerência e da politização no trato das questões urbanas são o que de pior pode acontecer para uma cidade. Até mesmo cidades que foram arrasadas por bombardeios durante as guerras têm muito mais capacidade de se reerguer do que aquelas que foram lentamente sendo deturpadas por intervenções urbanas fora dos limites do planejamento urbano.

Vejam o caso, por exemplo, das grandes capitais da Europa, praticamente postas abaixo pela Primeira e Segunda Grandes Guerras. Com o fim dos conflitos, a quase totalidade delas foi sendo reconstruída com o mesmo esplendor do passado. O motivo: o respeito pelo passado e uma estrita observação dos parâmetros do urbanismo.

Ao observar fotos antigas das cidades de São Paulo ou do Rio de Janeiro, nas décadas de 1940 ou anteriormente, a primeira coisa que chama a atenção nessas imagens é que tudo parece estar no seu devido lugar. As ruas estão limpas, as calçadas são largas, o trânsito flui com ordem, as pessoas parecem caminhar com tranquilidade e há toda uma ideia de harmonia e conjunto. Nos parques públicos, o paisagismo se mistura com monumentos e esculturas por todo o canto, ladeando jardins bem desenhados. Há chafarizes e pequenos lagos a enfeitar os ambientes e uma perfeita sincronia entre o bucólico e o espaço comercial e residencial. Os edifícios, formados por casarios que juntam a arquitetura neoclássica com o estilo colonial, estendem-se por ruas bem arborizadas, que convidam o público ao passeio e ao desfrute de um ambiente bem pensado.

No caso de Brasília, as fotos e as imagens do começo das décadas de 1960 e 1970 mostram uma capital em que se podia observar com exatidão quais eram as propostas do projeto urbano original para a cidade. Lucio Costa, o idealizador desses espaços, conhecia bem as necessidades de uma cidade e sabia da importância de agregar espaços vazios e cheios, áreas verdes e áreas construídas. Dosando seu projeto de sons e silêncios, vitais para uma grande sinfonia arquitetural.

Pena que, hoje em dia, muitos habitantes e administradores que para cá vieram tardiamente não tenham a clara percepção da importância, ou mesmo a sensibilidade, em manter as raízes do projeto original. A necessidade de preservar o original é para que Brasília não se transforme numa cópia mal feita das muitas metrópoles brasileiras. As cidades, assim como as pessoas, têm vida própria, mas precisam, antes de tudo, serem bem encaminhadas, para que não se percam nos descaminhos da vida. Infelizmente é isso que vem ocorrendo com a capital ao longo dos últimos anos.

Depois da emancipação política de Brasília, num processo em que se visava apenas à criação de uma instância política e burocrática para atender parte de uma elite de forasteiros local, a capital passou a sofrer um processo desordenado de crescimento, com ocupação irregular de imensas áreas públicas, com a criação de enormes bairros, na maioria sem qualquer planejamento ou previsão, levando a cidade à um inchaço populacional, sobrecarregando toda a infraestrutura existente e criando os mesmos problemas já presentes em outras cidades brasileiras.

Desde o início, esta coluna se posicionou contra as interferências políticas e ocasionais ao projeto original da capital, pois já previa que a cidade dessejada e cobiçada pelos políticos distanciava-se milhões de léguas daquilo que pretendiam seus idealizadores originais e mesmo pela parcela dos candangos que para aqui se transferiram nos anos de 1960. A descaracterização da cidade é hoje um fato que vai sendo materializado aos poucos, bem debaixo de nossos olhos. Hoje, as centenas de barracos de lata instalados em todo o Plano Piloto, inclusive nas paradas de ônibus, ao longo das avenidas W3 Sul e Norte, mostram que o processo de envelhecimento precoce da capital já foi iniciado. A ocupação, cada vez mais atrevida, dos carros sobre as áreas verdes, com a criação de estacionamentos irregulares, também vai se fazendo lentamente, prejudicando os espaços bucólicos que são de todos.

Não se iludam: essas pequenas e aparentemente inocentes descaracterizações da cidade marcam um prenúncio da decadência geral que virá a seguir e que, em pouco tempo, decretará a morte dessa senhora de pouco mais de 60 anos por falência múltipla dos órgãos. Quando isso acontecer, nenhum dos personagens que colaboraram direta ou indiretamente para esse acontecimento virá se sentar no banco dos réus.

» A frase que foi pronunciada:

Deus está nos detalhes
Ludwig Mies van der Rohe

» História de Brasília

É que os deputados não se negam a assinar, e, enquanto isso, os funcionários vão pedindo para ser requisitados. Uma boa medida seria o comissionamento sem vencimentos para receber na repartição que passa a servir. (Publicada em 27/4/1962)